

O peso estratégico que o governo esqueceu

30 SET 1983

Ainda ontem comentávamos aqui, em editorial, a afirmação que o ex-presidente do Banco Central Carlos Langoni, com inteiro conhecimento de causa, fez, terça-feira última, no Congresso Nacional. Lembrava ele que, em todo o processo de renegociação da dívida externa, o governo brasileiro não vem sabendo tirar proveito algum do grande poder de barganha do Brasil com os credores externos graças a seu peso estratégico no mundo.

Também na última terça-feira, em seu discurso de abertura da Reunião do Fundo Monetário Internacional, em Washington, o presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan, pressionava o Congresso norte-americano a aprovar uma verba de 8,4 bilhões de dólares destinada ao aumento de cotas do próprio Fundo. E Reagan mostrava como essa decisão era importante para os interesses estratégicos dos Estados Unidos: "Se o Congresso não aprovar nossa participação", outros países "inevitavelmente" também o farão e, "no fim desta estrada, poderá estar uma grande quebra de todo o sistema comercial e financeiro mundial, um pesadelo econômico que pode atormentar gerações futuras".

É claro que o presidente dos Estados Unidos tinha em mente o que poderia acontecer ao Ocidente caso sobreviesse a quebra do Brasil — aliás, hipótese que se tornou o grande pesadelo das autoridades financeiras reunidas em Washington.

O mais importante jornal de economia e finanças do mundo, *The Wall Street Journal*, de Nova York, depois de ter criticado com veemência este e os governos anteriores do Brasil que promoveram o "carnaval" econômico e financeiro que agora virou cinzas, instou os congressistas norte-americanos a aprovarem a nova contribuição dos Estados Unidos ao Fundo Monetário Internacional porque — argumentava o editorial — um dinheiro administrado diretamente pelo Fundo seria também melhor administrado por governos como o do Brasil...

Ainda anteontem os técnicos que se movimentavam lá mesmo na reunião do Fundo mostravam a importância do Brasil como nação-chave para os interesses dos Estados Unidos no mundo. O ex-embaixador norte-americano no Brasil, e atual subsecretário de Estado para assuntos interamericanos, Langhorne Motley, chamava a atenção para "as tensões sociais derivadas em grande parte da situação econômica", que começam a pôr em perigo o futuro do Brasil. Fred Bergsten, diretor do Instituto de Economia Internacional, dizia que "uma moratória brasileira criaia uma turbulência financeira gigantesca, além de trazer uma extrema privação ao mesmo Brasil".

Riordan Roett, diretor de Estudos Latino-Americanos da Universidade John Hopkins, advertiu que um eventual abandono do Brasil à sua própria sorte provocaria inevitável aproximação deste com a União Soviética — como, aliás, aconteceu com a Argentina em meio e depois da Guerra das Malvinas. E Martin Baron, em artigo publicado no *Los Angeles Times*, advertia os banqueiros internacionais de que a relutância em emprestar os 6,5 bilhões de dólares que o Fundo Monetário Internacional conseguiu empacotar, em princípio, colocaria em perigo o esforço de resgate do Brasil ou o forçaria a adotar um programa de austeridade mais rígido e politicamente bem mais explosivo.

Como se vê, o outro lado da mesa de negociações tem bem clara consciência da importância da posição estratégica que o Brasil ocupa no mundo. O que está em jogo é uma posição essencial no meio da guerra fria, que nunca esteve tão quente quanto agora. A ameaça maior é a de que o Brasil abandone definitivamente o bloco político ocidental, ou seja, passe a gravitar na órbita soviética. Então, para o Brasil é o seu futuro não só político mas ideológico que está em questão, o que, evidentemente, aumenta o seu peso estratégico, ao qual se referiu Langoni.

Os únicos que não estão vendo isso são as autoridades do governo brasileiro. Os únicos que não estão tirando proveito dessa situação e não estão usando os argumentos que poderiam ser decisivos para conseguir uma alavanca salvadora que tire o País do atoleiro em que se encontra é o governo brasileiro, cuja miopia nos assusta.

Enquanto os líderes mundiais se preocupam, trocam planos e informações, procurando uma saída definitiva para o Brasil; enquanto os credores internacionais perdem seu sono diante da ameaça de um colapso do sistema financeiro mundial que poderia seguir-se à possível insolvência do Brasil, nossos dirigentes gastam seu tempo montando armadilhas contábeis ou semânticas que mais tarde poderiam servir de explicação para o não-cumprimento dos compromissos externos.

Longe dos círculos mais chegados ao poder, a deterioração da economia, o desemprego, a inflação do poder aquisitivo já estão sendo plenamente instrumentalizados pelos que, nos diversos setores da oposição, falam em democracia enquanto sonham com um Brasil totalitário. Aliás, os saques induzidos aos armazéns e aos supermercados, que começaram no Rio, já atingiram São Paulo, Belo Horizonte... e ameaçam alastrar-se por todo o País.

A crise econômica, hoje, é muito mais grave do que nos tempos de Goulart. A corrupção é maior. A baderna começa a tornar-se semelhante. O quadro difere num ponto: o presidente da República, hoje, não está chefiando uma conspiração.

Mas não seria preciso isso. Se alguma coisa de novo e de decisivo não se fizer, o resultado de tudo poderá muito bem ser o mesmo, embora com sinal ideológico trocado. O presidente Figueiredo deve entender, de uma vez por todas, que o grande risco que corre é o de não perfazer seu programa, o de não poder fazer deste país uma democracia — como prometeu e jurou cumprir.